

A Lei n.º 33/98 de 18 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto e DL n.º 32/2019, de 04 de março, veio criar os Conselhos Municipais de Segurança qualificando-os de entidades de natureza consultiva, de articulação, coordenação, informação e cooperação.

Para prossecução dos seus objetivos e para o exercício das suas competências, o Conselho Municipal de Segurança deve dispor de um Regulamento de funcionamento onde se estabeleçam regras mínimas de organização e de articulação, bem como a respetiva composição.

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 1.º

Função

O Conselho Municipal de Segurança, adiante designado por Conselho, é uma entidade de âmbito municipal, com funções de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação, cujos objetivos, composição e funcionamento são reguladas pela presente lei.

Artigo 2.º

Objetivos

Constituem objetivos a prosseguir pelo Conselho os descritos no artigo 3.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, assim definidos:

- a) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do município, através da consulta entre todas as entidades que o constituem;
- b) Formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos no respetivo município e participar em ações de prevenção;
- c) Promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social do município;
- d) Aprovar pareceres e solicitações a remeter a todas as entidades que julgue oportunos e diretamente relacionados com as questões de segurança e inserção social;
- e) Proceder à avaliação dos dados relativos ao crime de violência doméstica, e tendo em conta os diversos instrumentos nacionais para o seu combate, designadamente os Planos Nacionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, e apresentar propostas de ações que contribuam para a prevenção e diminuição deste crime;
- f) Avaliar os números da sinistralidade rodoviária e, tendo em conta a estratégia nacional de segurança rodoviária, formular propostas para a realização de ações que possam contribuir para a redução dos números de acidentes rodoviários no município;
- g) Promover a participação ativa dos cidadãos e das instituições locais na resolução dos problemas de segurança pública.

CAPÍTULO II
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
SECÇÃO I
MODALIDADES E COMPETÊNCIAS

Artigo 3.º
Modalidades

O Conselho Municipal de Segurança funciona em modalidade alargada e restrita, doravante designado, respetivamente, de Conselho e de Conselho Restrito.

Artigo 4.º
Competências do Conselho

- 1 - Para prossecução dos objetivos previstos no artigo 2.º, compete ao Conselho emitir parecer sobre as seguintes matérias:
 - a) Evolução dos níveis de criminalidade na área do município;
 - b) Dispositivo legal de segurança e capacidade operacional das forças de segurança no município;
 - c) Os índices de segurança e o ordenamento social no âmbito do município;
 - d) Os resultados da atividade municipal de proteção civil e de combate aos incêndios;
 - e) As condições materiais e os meios humanos empregados nas atividades sociais de apoio aos tempos livres, particularmente dos jovens em idade escolar;
 - f) A situação socioeconómica municipal;
 - g) O acompanhamento e apoio das ações dirigidas, em particular, à prevenção e controlo da delinquência juvenil, à prevenção da toxicodependência e à análise da incidência social do tráfico de droga;
 - h) O levantamento das situações sociais que, pela sua particular vulnerabilidade, se revelem de maior potencialidade criminógena e mais carecidas de apoio à inserção;
 - i) Os dados relativos a violência doméstica;
 - j) Os resultados da sinistralidade rodoviária municipal;
 - k) As propostas de Plano Municipal de Segurança Rodoviária;
 - l) Os Programas de Policiamento de Proximidade;
 - m) Os Contratos Locais de Segurança.
- 2 - Os pareceres referidos no número anterior têm uma periodicidade anual.
- 3 - Os pareceres referidos no n.º 1 são apreciados pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, com conhecimento da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana.

Artigo 5.º
Competências do Conselho Restrito

- 1 - É da competência do Conselho Restrito analisar e avaliar as situações de potencial impacto na segurança ou no sentimento de segurança das populações, nomeadamente as suscitadas no âmbito do Conselho.
- 2 - Compete ao Conselho Restrito participar na definição, a nível estratégico, do modelo de policiamento de proximidade a implementar no município.
- 3 - Compete ainda ao Conselho Restrito pronunciar-se sobre:
 - a) A rede de esquadras e postos territoriais das forças de segurança;

- b) A criação de programas específicos relacionados com a segurança de pessoas e bens, designadamente na área da prevenção da delinquência juvenil;
 - c) Outras estratégias para a eliminação de fatores criminógenos.
- 4 - O Conselho Restrito reúne sempre que convocado pelo presidente, e, no mínimo, com uma periodicidade bimestral.

SECÇÃO II COMPOSIÇÃO E PRESIDÊNCIA

Artigo 6.º Composição

- 1 - Integram o Conselho:
- a) O Presidente da Câmara Municipal ou o vereador com competência delegada;
 - b) O vereador responsável pelo acompanhamento das questões de segurança, ou outro vereador indicado pelo Presidente da Câmara, caso seja este o responsável por esta área;
 - c) O(A) Presidente da Mesa da Assembleia Municipal;
 - d) O representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia, em representação das Juntas /União de Freguesia Rurais;
 - e) Um representante do ministério público da comarca;
 - f) O comandante da Polícia de Segurança Pública;
 - g) O comandante da Guarda Nacional Republicana;
 - h) O Comandante Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil;
 - i) O Coordenador Municipal de Proteção Civil;
 - j) O Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Bragança;
 - k) O Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Izeda;
 - l) Na área de apoio social, cultural e desportivo os representantes das seguintes entidades:
 - Centro Distrital da Segurança Social;
 - Direção Regional da Cultura do Norte;
 - Coordenação local do IPDJ - Instituto Português da Juventude e Desporto;
 - m) Na área do ensino, os representantes de cada uma das seguintes instituições:
 - Instituto Politécnico de Bragança;
 - Agrupamento de Escolas Abade de Baçal;
 - Agrupamento de Escolas Emídio Garcia;
 - Agrupamento de Escolas Miguel Torga;
 - Escola Profissional Prática Universal;
 - IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional;
 - Associação Académica do IPB;
 - n) Na área económica, terão representação do setor as seguintes entidades locais:
 - ACISB – Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança;
 - NERBA - AE – Associação Empresarial do Distrito de Bragança;
 - o) No âmbito do apoio à vítima de violência doméstica, terão representação as seguintes entidades locais:
 - CPCJ – Comissão de Proteção Crianças e Jovens
 - ASMAB – Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança;
 - p) Na área da segurança rodoviária, o IMT – Instituto de Mobilidade e Transportes;
- 2- O Conselho integra, ainda, entidades e personalidades cuja intervenção se considere relevante, nomeadamente:

- União das Freguesias de SÉ, Santa Maria e Meixedo;
 - Delegado de Saúde;
 - Coordenação local do SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
 - Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência;
 - União das IPSS;
 - Centro de Respostas Integradas;
 - Os presidentes dos Grupos Municipais com assento na Assembleia Municipal;
- 3 - Em função de alguma matéria específica e cuja representatividade não esteja assegurada nos termos dos números anteriores, o Concelho pode ainda convidar a participar nas suas reuniões entidades e personalidades cuja intervenção considere relevante.

Artigo 7.º

Composição do Conselho Restrito

- 1 - Integram o Conselho Restrito:
- a) O Presidente da Câmara Municipal;
 - b) O vereador responsável pelo acompanhamento das questões de segurança, ou outro vereador indicado pelo Presidente da Câmara Municipal, caso seja este o responsável por esta área;
 - c) O comandante da Polícia de Segurança Pública; O comandante da Guarda Nacional Republicana;
- 2 - O Conselho Restrito pode convidar a participar nas suas reuniões entidades e personalidades cuja intervenção considere relevante em função da matéria.

Artigo 8.º

Presidência

- 1 - O Conselho é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal, ou pelo vereador com competência delegada, a quem compete abrir e encerrar as reuniões e dirigir os respetivos trabalhos.
- 2 - O presidente, ou quem o substitua, é coadjuvado, no exercício das suas funções, por um secretário, designado pelo Presidente da Câmara Municipal de Bragança ou pelo seu substituto.
- 3 - O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vereador com competência delegada.

SECÇÃO III
DAS REUNIÕES

Artigo 9.º

Periodicidade e local das reuniões

- 1 - O Conselho reúne sempre que convocado pelo presidente e, no mínimo, com periodicidade anual.
- 2 - As reuniões realizam-se na Sala de Atos do Município, ou, por conveniência, em qualquer outro local do território municipal, previamente definido em convocatória.

Artigo 10.º

Convocação das reuniões

- 1 - As reuniões são convocadas com antecedência mínima de 8 dias, constando da respetiva convocatória o dia e hora em que a mesma se realizará.
- 2 - A convocatória será enviada por via postal ou por meios eletrónicos, cabendo ao presidente a escolha do meio a utilizar.
- 3 - Em caso de alteração do local da reunião, nos termos do n.º 2 do artigo anterior, deverá a convocatória indicar, também, a nova localização.

REGULAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

- 4 - Em todas as reuniões do Conselho há um período aberto ao público para exposição, pelos munícipes, de questões relacionadas com as matérias de segurança no município.
- 5 - O período referido no número anterior não poderá exceder o tempo de trinta minutos.
- 6 - Da reunião do Conselho é elaborada ata, a qual é transmitida, por via eletrónica, aos membros do governo responsáveis pelas áreas da administração interna e da justiça.

Artigo 11.º **Ordem do dia**

- 1 - Cada reunião terá uma “ordem do dia” estabelecida pelo presidente.
- 2 - O presidente deve incluir na “ordem do dia” os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro do Conselho, desde que se incluam na respetiva competência e o pedido seja apresentado, por escrito, com antecedência mínima de dez dias sobre a data da convocação da reunião.
- 3 - A “ordem do dia” deve ser enviada a todos os membros do Conselho juntamente com a convocatória, ou, não sendo possível, com a antecedência mínima de quatro dias sob a data da reunião.
- 4 - Em cada reunião haverá um período de “antes da ordem do dia” que não poderá exceder trinta minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos não incluídos na “ordem do dia”.

Artigo 12.º **Quórum**

- 1 - O Conselho funciona com a presença da maioria dos seus membros.
- 2 - Se passados trinta minutos sobre a hora marcada para realização do Conselho não existir quórum o Conselho funciona com o número de membros presentes;

Artigo 13.º **Uso da palavra**

A palavra será concedida aos membros do Conselho por ordem de inscrição, não podendo cada intervenção exceder cinco minutos.

SECÇÃO IV **DOS PARECERES**

Artigo 14.º **Elaboração dos pareceres**

- 1 - Para o exercício das suas competências, os pareceres são elaborados por um membro do Conselho designado pelo presidente.
- 2 - Sempre que a matéria em causa o justifique, poderão ser constituídos grupos de trabalho que terão por objetivo a apresentação de um projeto de parecer.

Artigo 15.º **Aprovação e conhecimento de pareceres**

- 1 - Os projetos de parecer são apresentados aos membros do Conselho com, pelo menos, cinco dias de antecedência da data agendada para o seu debate e aprovação.

REGULAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

- 2 - Os pareceres são votados globalmente, considerando-se aprovados quando reúnam o voto favorável da maioria dos membros presentes na reunião.
- 3 - Quando um parecer for aprovado com votos contra, os membros discordantes podem requerer que conste do respetivo parecer a sua declaração de voto.
- 4 - Os pareceres aprovados pelo Conselho são remetidos, pelo Presidente, para a Câmara Municipal e para a Assembleia Municipal, com conhecimento à Polícia de Segurança Pública e à Guarda Nacional Republicana.

SECÇÃO V

DAS ATAS

Artigo 16.º

Atas das reuniões

- 1 - De cada reunião será lavrada ata, da qual se registará o que de essencial se tiver passado, nomeadamente as faltas verificadas, os assuntos apreciados, os pareceres emitidos, o resultado das votações e as declarações de voto.
- 2 - As atas são postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva reunião ou no início da seguinte.
- 3 - As atas serão elaboradas sob a responsabilidade do secretário, o qual, após a sua aprovação, as assinará conjuntamente com o presidente.
- 4 - Qualquer membro ausente na reunião de aprovação de uma ata onde constem ou se omitam tomadas de posição suas pode posteriormente juntar à mesma uma declaração sobre o assunto.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 17.º

Instalação

Compete ao Presidente da Câmara Municipal assegurar a instalação do Conselho.

Artigo 18.º

Posse

Os membros de cada Conselho tomam posse perante a Câmara Municipal.

Artigo 19.º

Apoio logístico

Compete à Câmara Municipal prestar o apoio logístico necessário ao bom funcionamento do Conselho.

Artigo 20.º

Casos Omissos

Quaisquer dúvidas ou casos omissos que surjam no âmbito deste Regulamento serão resolvidos por deliberação da Assembleia Municipal.



REGULAMENTO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

Artigo 21.º

Produção de efeitos

O presente Regulamento produz efeitos imediatos após aprovação por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, e revoga o anterior.

O presente Regulamento foi aprovado em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 18 de fevereiro de 2025.